



**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA  
DO CEARÁ – IFCE *CAMPUS* FORTALEZA  
CURSO SUPERIOR DE BACHARELADO EM TURISMO**

**CAROLINNE MELO DOS SANTOS**

***“VAMOS DANÇAR O TORÉ, BEBENDO MOCORORÓ”*: A FESTA DO  
MOCORORÓ COMO EXPRESSÃO DA RESISTÊNCIA DO POVO  
INDÍGENA JENIPAPO KANINDÉ - AQUIRAZ - CEARÁ - BRASIL**

**FORTALEZA**

**2021**

**CAROLINNE MELO DOS SANTOS**

**“*VAMOS DANÇAR O TORÉ, BEBENDO MOCORORÓ*”: A FESTA DO  
MOCORORÓ COMO EXPRESSÃO DA RESISTÊNCIA DO POVO  
INDÍGENA JENIPAPO KANINDÉ - AQUIRAZ - CEARÁ - BRASIL**

Trabalho de conclusão de curso (TCC) apresentado ao Curso Superior de Bacharelado em Turismo do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará – *Campus* Fortaleza, como requisito parcial para obtenção do Título de Bacharel em Turismo.

Orientadora: Prof<sup>ª</sup>. Dra. Anna Erika Ferreira Lima

**FORTALEZA**

**2021**

**CAROLINNE MELO DOS SANTOS**

**“*VAMOS DANÇAR O TORÉ, BEBENDO MOCORORÓ*”: A FESTA DO  
MOCORORÓ COMO EXPRESSÃO DA RESISTÊNCIA DO POVO  
INDÍGENA JENIPAPO KANINDÉ - AQUIRAZ - CEARÁ - BRASIL**

Trabalho de conclusão de curso (TCC) apresentado ao Curso Superior de Bacharelado em Turismo do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará – *Campus* Fortaleza, como requisito parcial para obtenção do Título de Bacharel em Turismo.

Fortaleza, 25 de fevereiro de 2021.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof<sup>a</sup> Dra. Anna Erika Ferreira Lima (Orientadora)

Docente do Departamento de Turismo, Hospitalidade e Lazer (DTUHL/IFCE –  
*Campus* Fortaleza)

---

Prof<sup>a</sup> Dra. Ticiania de Oliveira Antunes

Pesquisadora

---

Prof. Dr. Antônio Cavalcante de Almeida

Docente do Departamento de Turismo, Hospitalidade e Lazer (DTUHL/IFCE –  
*Campus* Fortaleza)

**“VAMOS DANÇAR O TORÉ, BEBENDO MOCORORÓ”: A FESTA DO MOCORORÓ COMO EXPRESSÃO DA RESISTÊNCIA DO POVO INDÍGENA JENIPAPO KANINDÉ - AQUIRAZ - CEARÁ - BRASIL**

**Resumo:** A população indígena do Ceará é de aproximadamente 35 mil pessoas, nas quais estão representadas as 15 etnias existentes no estado. Esses grupos étnicos possuem em suas histórias processos de luta e resistência pela demarcação de seus territórios e fortalecimento de suas culturas. Nesse sentido, o presente trabalho visa analisar a relação da luta territorial e a cultura alimentar do povo Jenipapo-Kanindé, cuja Terra Indígena é localizada no município de Aquiraz, distante 53 km da capital. A interseção dos temas se dá a partir da comemoração da Festa do Mocororó, evento focado na bebida indígena fermentada à base de caju e que tem como intenção principal comemorar a declaração do território no processo jurídico de reconhecimento da terra. A primeira festa aconteceu no ano de 2017, no dia 4 de novembro, e vinha ocorrendo sempre na mesma data, com exceção de 2020, já durante a pandemia de covid-19. A metodologia adotada para o trabalho foi qualitativa com revisões bibliográficas, 5 entrevistas semiestruturadas, de maio de 2019 a fevereiro de 2021, trabalhos de campo e observação participante durante a festa do Mocororó de 2019. Identificou-se que a festa representa não somente a demarcação da terra, mas a vitória contra grupos empresariais que ameaçavam esse povo.

**Palavras-chave:** Território; Demarcação; Cultura Alimentar.

**“LET'S DANCE THE TORÉ, DRINKING MOCORORÓ”: THE  
MOCORORÓ PARTY AS A RESISTANCE EXPRESSION OF THE  
JENIPAPO KANINDÉ INDIGENOUS PEOPLE - AQUIRAZ - CEARÁ -  
BRAZIL**

**Abstract:** Ceará indigenous population is approximately 35 thousand people, which represent the 15 ethnic groups existing in the state. These ethnic groups have in their histories processes of struggle and resistance regarding their territories' demarcation and cultures strengthening. In this sense, the present work intends to analyze the relationship between the territorial struggle and food culture of the Jenipapo Kanindé people, whose Indigenous Land is located in the municipality of Aquiraz, 53 km from the state capital. The theme's intersection begins with the Mocororó celebration, an event focused on the fermented cashew-based indigenous drink. The main intention of the party is to celebrate their land recognition, declared in a lawsuit sentence. The date chosen for the party is November 4th and the first celebration happened in the year 2017. It always occurs on the same date, except for 2020 as the pandemic of COVID-19 was occurring. The adopted methodology for this work was qualitative with bibliographic reviews, 5 semi-structured interviews from May 2019 to February 2021, fieldwork, and participant observation during the 2019 Mocororó party. It was identified that the party represents not only the demarcation of the land but the victory against business groups that threatened these people.

**Keywords:** Territory; Demarcation; Food Culture.

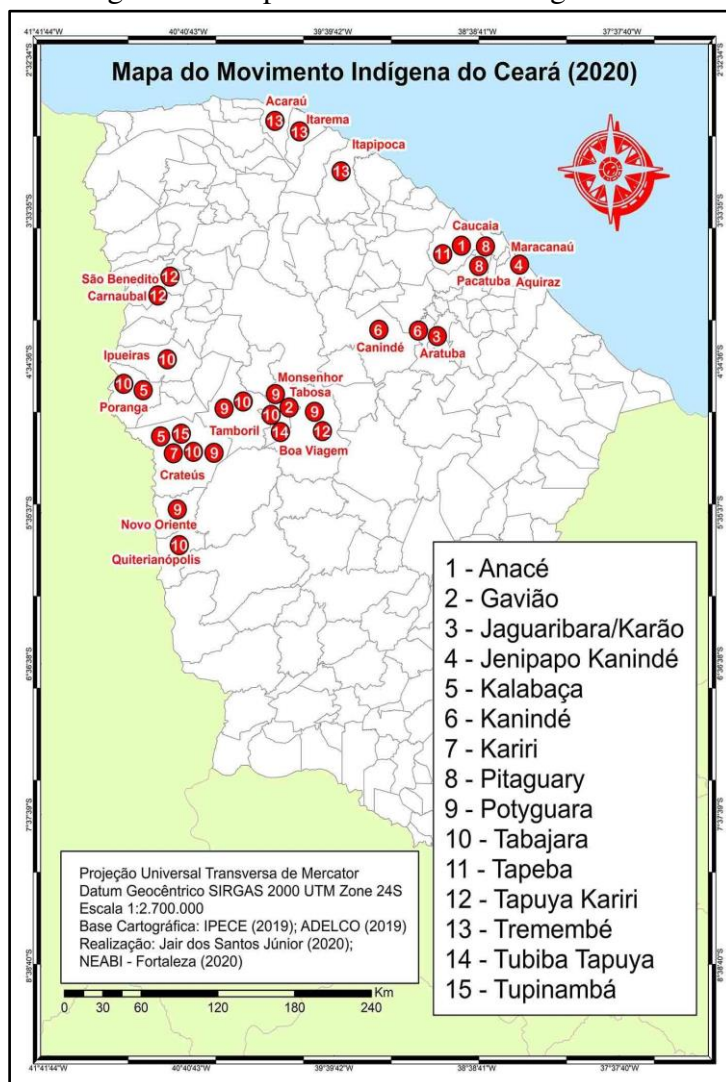
## 1 INTRODUÇÃO

Os portugueses, quando se apropriaram dos territórios onde havia um povo originário do lugar (sem o processo de imigração), geraram uma onda inevitável de violência, afinal, esse povo era submetido a novas culturas e ao poderio desses grupos vistos como "colonizadores". Quanto a isso, Silva (2010) afirma que as estruturas produtivas tinham de se adaptar ao novo poder, seja por incorporação ou por destruição. Mesmo hoje, inclusive, esses povos seguem sofrendo violência em seus territórios, seja pela educação eurocêntrica adotada nas universidades e escolas regulares, seja por processos de grilagem e expulsão em terras indígenas ou outros modos de destruição física ou sociocultural.

No estado do Ceará resistem 15 povos (Figura 1), reconhecidos pelo Movimento Indígena e suas organizações estaduais, como a Federação dos Povos e Organizações indígenas do Ceará (Fepoince), a Comissão de Juventude Indígena no Ceará (Cojice) e a Articulação das Mulheres Indígenas do Ceará (Amice), totalizando cerca de 35 mil indígenas presentes em 19 municípios, segundo o levantamento realizado durante a Assembleia dos Povos Indígenas do Ceará, que ocorreu entre os dias 4 a 7 de novembro de 2019, no território indígena do povo Jenipapo- Kanindé, em Aquiraz-CE.

Esses povos seguem lutando pelo reconhecimento de seus territórios, pelo fortalecimento de suas identidades, pela manutenção de suas culturas, pela preservação dos saberes e modos de fazer e pela demarcação de seus territórios tradicionalmente ocupados.

Figura 1 – Mapa do Movimento Indígena do Ceará



Fonte: Acervo do Neabi – *Campus* Fortaleza & Jair dos Santos Júnior (2020).

Dentre as formas de resistência e preservação sociocultural mais relevantes está a alimentação. A cultura alimentar está presente nas preparações ancestrais passadas por gerações, nos rituais e nas festas, como: a festa do Muncunzá, dos Kanindé; do Milho, dos Pitaguary, Tabajara e Kalabaça; da Colheita, do povo Tabajara e Potyguara; do Murici e Batiputá, do povo Tremembé; da Farinhada, do povo Tremembé e Tabajara; e do Mocaroró, do

povo Jenipapo-Kanindé. Todas essas festas são realizadas pelos povos presentes no Ceará e estão catalogadas no “Calendário das datas comemorativas do Movimento Indígena do Ceará - 2020”, material construído coletivamente com o Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas (Neabi)<sup>1</sup> – *Campus* Fortaleza e as organizações indígenas do estado, as quais são manifestações de resistência sociocultural desses povos.

Ressalta-se que a cultura alimentar indígena é fundamentada em uma "diversidade que caracteriza as sociedades indígenas" (LEITE, 2007, p. 181). Para o autor (*op. cit.*), essa diversidade não se limita às práticas alimentares, mas estende-se aos demais aspectos de suas vidas, bem como as escolhas alimentares, que também estão relacionadas à localização dos seus territórios e às especificidades de plantas existentes. É o que faz com que identifiquemos, por exemplo, que bebidas com a mesma nomenclatura possam vir a ser elaboradas com frutas de famílias diferentes. Ademais, Leite (2007, p. 181) ainda ressalta que "[...] há que se considerar que o contato com novos hábitos e práticas trouxe novos elementos para a alimentação desses povos, em um processo que também varia de um lugar para outro". O pesquisador (*op. cit.*) reitera que a palavra-chave é, novamente, diversidade.

Na cultura dos povos originários, a produção e o consumo de bebidas fermentadas estão presentes em várias etnias no Brasil, entretanto, cada uma delas tem sua ritualística própria envolta nesse processo. Destaca-se que as bebidas são produzidas a partir da fermentação de vegetais, frutas ou raízes, e, geralmente, o clima e a vegetação da região onde os povos se encontram contribuem para a escolha do insumo utilizado para a fabricação. De acordo com

---

<sup>1</sup> Os Neabis surgem a partir da Lei 10.639/2003, complementada pela Lei 11.645/2008. Ambas tornaram obrigatória a inclusão da temática história e cultura afro-brasileira e indígena no currículo oficial da educação básica brasileira. O Neabi – *Campus* Fortaleza foi reativado no ano de 2018 e desde então tem executado vários projetos de pesquisa e extensão junto às organizações indígenas do Ceará, como a Federação dos Povos Indígenas do Ceará (Fepoince), a Articulação das Mulheres Indígenas do Ceará (Amice), a Comissão de Juventude Indígena no Ceará (Cojice) e a Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo (Apoime).



o levantamento bibliográfico realizado (LANGDON, 2001; GRÜNEWALD, 2008; SARMENTO, 2018; STUMPF, 2019), pode-se observar algumas bebidas indígenas e seus insumos: *Aluá* (milho), *Ayahuasca* ou *kaapi* (ervas), *Parajuru* (mandioca), *Caiçuma* (mandioca ou pupunha), *Kaxiri* (mandioca), *Chibé* (farinha de mandioca e água), *Cauim* (mandioca ou caju), *Chicha* (pupunha), *Gouripory* (milho torrado), *Jiroba* (mandioca), *Kiki* (pinhão com mel) e *Jurema* (jurema).

No Ceará, é comum a produção do mocoioró, bebida artesanal obtida a partir da fermentação natural do sumo do caju, considerada sagrada para os indígenas do estado.

Dentre os povos do Ceará, foi possível identificar que, pelo menos, nove deles produzem e/ou consomem mocoioró. São eles: Anacé, Tapeba, Pitaguary, Jenipapo-Kanindé, Potyguara, Tremembé, Kariri, Gavião e Tubiba Tapuya.

Para fins de delimitação deste trabalho, optou-se por analisar o povo Jenipapo-Kanindé, visto que esse é o grupo indígena do Ceará que realiza a Festa do Mocoioró, a qual, para além do significado gastronômico, é um marco sociocultural e político-institucional do processo de regularização do território junto à Fundação Nacional do Índio (Funai).

O percurso metodológico foi conduzido por meio de pesquisa do tipo bibliográfica, documental, de entrevistas semiestruturadas e de vivências em campo. Assim, caracteriza-se como qualitativa quanto à análise dos dados coletados; devido a isso, utilizará, como base para obtenção dos dados, os relatos coletados, que têm peso na construção dos conhecimentos étnicos e identitários.

Pretende-se compreender e aprofundar os temas centrais – identidade étnica, demarcação de terras, povos indígenas, cultura alimentar e consumo de bebidas indígenas – por meio de revisão de literatura, associada às entrevistas, já publicada em forma de livros, revistas e artigos científicos. Foram realizadas cinco entrevistas semiestruturadas com lideranças da comunidade a fim de que estas respondessem aos questionamentos sobre a importância do mocoioró para

o povo, sobre a motivação de suas festas, se existe financiamento e quem as organiza. Vale destacar que a entrevista realizada em 2021 ocorreu via aplicativo de mensagens, devido à pandemia da covid-19, que se iniciou em março de 2020, impossibilitando as visitas à comunidade, visto que foram instaladas barreiras sanitárias na entrada da aldeia, permitindo acesso apenas dos moradores.

A observação participante, por sua vez, principalmente durante a festa de 2019, foi essencial para compreender tanto o processo de organização quanto a defesa do território Jenipapo-Kanindé. O mesmo pode ser dito quanto à observação prolongada, numa perspectiva social e cronológica, durante o período de colheita do caju.

Vale ressaltar que a pesquisa foi autorizada pela Cacique Pequena (Apêndice A), liderança tradicional do povo Jenipapo-Kanindé. Os nomes dos entrevistados foram substituídos por nomes fictícios para preservar suas identidades. Por fim, cabe destacar que esta pesquisa faz parte do trabalho desenvolvido através do programa de Iniciação Científica (PIBIC), financiado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ) no período de agosto de 2018 a setembro de 2020, do qual fizeram parte a comunidade tradicional da Boca da Barra, no bairro da Sabiaguaba, em Fortaleza; o povo Jenipapo-Kanindé, em Aquiraz; o povo Tapeba, da Lagoa dos Tapeba; e o povo Anacé, da Japura, localizam-se em Caucaia; e o povo Tremembé, da Barra do Mundaú, em Itapipoca, no Ceará, constatando a presença do mocororó em todos esses territórios.

## **2 A RESISTÊNCIA E A LUTA DA TERRA INDÍGENA “LAGOA DA ENCANTADA”, DO POVO JENIPAPO-KANINDÉ**

A luta indígena pelo reconhecimento do direito a seus territórios começou em 1500, com a chegada dos europeus que dividiram a América Latina a partir de tratados existentes, inicialmente, entre Portugal e Espanha. Depois, o

que hoje conhecemos como Brasil, fora dividido em Capitânicas Hereditárias, e essa divisão ocorreu sem o mínimo respeito aos habitantes nativos, que sofreram extermínio durante os processos escravocratas, devido às doenças trazidas nas embarcações ou na luta pelo domínio do território, com arcos e flechas frente armas de tecnologia mais avançadas.

Antes das invasões, os indígenas não tinham noções de governo ou de propriedade privada, pois habitavam as terras ancestrais, que eram consideradas “nações”, e cada povo tinha suas próprias lideranças, formas de organizações e língua. O historiador Ailton de Farias (2012, p. 53) apresenta um pouco dessa relação dos povos do Ceará com o território:

Os povos naturais desconheciam a noção de Estado ou governo. Para eles, a nação era sua terra, a área na qual viviam e onde seus antepassados também tinham vivido. Portanto, falar dos índios do Ceará significa usar um conceito colonialista, pois os povos nativos ignoravam por completo qualquer noção de divisão geográfica. Não se sabe precisamente quantos habitavam esse solo [...]. Deveriam ser numerosos, sobretudo, porque nativos.

A partir da segunda metade do século XIX, durante o período do Brasil Imperial, os indígenas que ainda lutavam por manter seus territórios eram considerados remanescentes em vias de extinção. Com suas terras invadidas por extranaturais, aumentava a discriminação ao estilo de vida diferenciado, tanto que eles eram taxados de caboclos e, embora tenham tido a sua ascendência indígena reconhecida, com suas características diferenciadas, eles continuaram sendo considerados um resquício de “evolução mal acabada” (ANTUNES, 2016).

O conceito de resistência utilizado neste trabalho envolve os aspectos político-sociais e culturais como estratégia para sobrevivência diante das ameaças à vida e à cultura desses grupos historicamente marginalizados, como discute Tavares (2015, p. 8-9):

O conceito de resistência neste trabalho busca se ampliar para

abranger não apenas estratégias de enfrentamento direto, tais como revoltas, confrontos e guerras, mas também pode ser compreendido diante de atitudes de silenciamento, recuo, convívio, integração e negociação com a sociedade regional circundante e o Estado. Diferentes posturas são reveladas a depender do contexto e dos interesses das comunidades indígenas no momento determinado. Ainda, é possível observar que transpondo a impressão mais superficial da resistência enquanto uma estratégia imediatista, ela vem a ser compreendida como um elemento relacionado à cultura e à política dos povos estudados, por isso é pensada enquanto tradição. Os povos indígenas dessas áreas de colonização antiga são detentores de uma cultura de resistência que dinamiza e determina o comportamento das comunidades diante dos projetos de desenvolvimento.

A aldeia Lagoa da Encantada, do povo Jenipapo-Kanindé, está localizada (Figura 2) a 53 km de Fortaleza, no município de Aquiraz. Durante as décadas de 80 e 90, ela enfrentou sérios conflitos socioambientais, fundiários e agroindustriais com a empresa Ypióca Agroindustrial LTDA, pois esta fazia uso da terra para plantio de cana-de-açúcar e retirava água da lagoa Encantada para irrigação, além de, posteriormente, criar um resort turístico-imobiliário na região.

O Superior Tribunal de Justiça (STJ) concedeu vitória, no processo judicial, ao povo, de forma que o processo administrativo de demarcação se encontra em andamento, já nas fases finais antes da homologação. Logo, desde novembro de 2016, data da vitória processual no STJ, os Jenipapo-Kanindé aguardam apenas as etapas de desintrusão<sup>2</sup> e homologação<sup>3</sup> para a conclusão do processo que legitima a posse jurídica do território aos indígenas (ADELCO, 2019). A fim de comemorar essa vitória – e, com ela, a finalização da disputa de uma das etapas mais importantes do processo de demarcação – bem como em agradecimento ao Pai Tupã, surge a primeira festa do Mocororó em 2016.

---

<sup>2</sup> A desintrusão é a retirada dos não-indígenas da área indígena em demarcação, após o levantamento das benfeitorias, sendo possível o reassentamento pelo Poder Público.

<sup>3</sup> A homologação é a última fase do processo administrativo de demarcação, em que o Presidente da República homologa a demarcação da Terra Indígena por decreto.

Figura 2 – Localização regional da área de estudo na qual está inserida a Terra Indígena Lagoa da Encantada, no município de Aquiraz



Fonte: Elaborado por Meireles (2021).

Em 2005, durante o I Seminário Brasileiro sobre Racismo Ambiental, o professor e ativista Jeovah Meireles denunciou como indevido o uso das águas da Lagoa Encantada – lagoa considerada sagrada pelo povo Jenipapo-Kanindé, localizada dentro do território desse povo – pela empresa Ypióca Agroindustrial LTDA, que retirava a água para irrigação de parte do canavial e para produção de papelão, utilizando o bagaço da cana, o que causava a redução do volume de água, provocava lamas e poluía o lençol freático. Como pode-se observar no site *Acervo - Combate Racismo Ambiental*:

Foi assim no I Seminário Brasileiro contra o Racismo Ambiental, realizado no final de novembro de 2005, no Rio de Janeiro, quando ele denunciou, entre outras, a empresa Ypióca pelo uso ininterrupto da água da Lagoa Encantada (sagrada para os Jenipapo-Kanindé), para alimentar seus 4.000 hectares de monocultura de cana e produzir cachaça, e pela poluição por vinhoto do lençol freático da reserva (PACHECO, 2009, online).

Posterior ao início dos conflitos com a Ypióca, os Jenipapo-Kanindé enfrentaram outra batalha, nos anos de 1999 a 2001, quando o empreendimento turístico *Aquiraz Resort* tentou negar a identidade étnica do povo para dificultar seu reconhecimento junto à Funai. O grupo empresarial tentou por diversas vezes comprar os indígenas, oferecendo-lhes dinheiro, apartamento, etc. No entanto, o grupo estava unido no que diz respeito a permanecer na Terra Indígena, devido ao andamento do *Estudo de Identificação*, por um Grupo de Trabalho da Funai, iniciado em 1995 (LUSTOSA, 2012).

### **3 EXPRESSÕES DA RESISTÊNCIA JENIPAPO-KANINDÉ: ASPECTOS HISTÓRICOS E CONSTITUTIVOS DA CULTURA DE UM POVO A PARTIR DE SUAS FESTAS**

O consumo de bebidas fermentadas é, entre os nativos da América Latina, ancestral. Contudo, cada povo tem seu próprio ritual de consumo e elaboração, e o bioma local vai influenciar diretamente na escolha dos insumos utilizados, pois a escolha será feita a partir do que está disponível no território. Para Langdon (2001, p. 43), a fabricação dessas bebidas é característica da própria humanidade:

A fabricação de bebidas fermentadas iniciou com a própria humanidade e com a criação da vida ritualizada. Os ingredientes, o modo de preparar e a maneira de tomar variam entre cada grupo étnico. Entre os índios do sul da América, o uso ritual e social das bebidas fermentadas é ligado ao sagrado, ao divertimento, e em certos casos à política. O rito de beber pode fazer parte da expressão

da própria sociedade, de sua manifestação frente o divino e a consciência coletiva.

Muitas árvores frutíferas chegaram ao Brasil por meio dos portugueses; entretanto, o cajueiro (*Anacardium occidentale L.*) não, este é tipicamente brasileiro. Atualmente, ele e a castanha compõem diversas preparações, como a cajuína, o “vinho de caju”, bolos, tortas etc. (LODY, 2008), estando presente em quase todo o litoral nordestino, fazendo com que o mocororó seja encontrado na cultura de vários povos dessa região.

Durante o processo de colonização, os portugueses enfraqueceram a culinária indígena: eles reduziram a diversidade dos hábitos alimentares desses povos, tornando, assim, um Brasil com ingredientes desprovidos de história, escondendo o dramático processo de expropriação. Todavia, ainda existem frutas domesticadas pelos nativos que permanecem vivas na cultura alimentar dos brasileiros, a exemplo do caju, do ananás, das castanhas amazônicas, da pupunha, da batata doce e do amendoim (DÓRIA, 2014).

O mocororó, por sua vez, faz parte da cultura dos povos indígenas do Ceará, que há muitas gerações reproduzem, através da oralidade, os conhecimentos ligados à ritualística de sua produção e consumo, caracterizando a identidade e a cultura alimentar desses povos que veem, no mocororó, algo além de uma bebida, mas uma possível ligação com o sagrado e com sua ancestralidade. Aresi (2008, p. 78) disserta acerca das diferenças culturais entre os povos indígenas:

Cada cultura caracteriza-se de maneira diferente, ou seja, os diferentes grupos não pensam ou interpretam os fenômenos de forma exatamente igual. Por exemplo, para os indígenas o trovão é considerado um fenômeno mitológico, já para os cientistas ele é apenas uma descarga elétrica. Portanto, cada cultura deve ser estudada de forma individualizada, respeitando suas particularidades, suas crenças, seus mitos, etc. A cultura somente existe porque é transmitida de um indivíduo para outro, e estes, por sua vez, fazem uso dela, a enriquecem, a transformam e a transmitem para outros indivíduos. A cultura serve como um manual

de sobrevivência, que ampara e guia os indivíduos conduzindo suas ações.

Os conceitos que permeiam as discussões sobre alimentação e cultura geralmente estão interligados, pois, devido à diversidade, nem tudo o que é comida para um povo o será para outro, mesmo que ambos habitem a mesma região. Um exemplo disso é a relação que o Brasil tem com o cachorro: aqui, não se imagina o consumo de sua carne, pois é um animal que faz parte do cotidiano doméstico e tem uma relação sentimental com os brasileiros. Outros países, como os orientais, no entanto, o utilizam em algumas elaborações gastronômicas. Isso também é válido para os povos indígenas e sua diversidade, já que existem povos que possuem bastantes opções de carne de caça em seu território, mas não irão consumi-la (LEITE, 2007).

Quando se fala sobre povos indígenas, torna-se impossível não discutir resistência, coletividade, território e a relação da natureza com o sagrado, principalmente quando se fala sobre alimentação, uma vez que o alimento é retirado da “mãe terra”, conforme afirmam os próprios indígenas, em diversos registros da oralidade. Souza (2019), indígena do povo Anacé, trata, em seu Trabalho de Conclusão de Curso, dessa importância do território para os povos:

Com toda a violência ambiental, os Povos Indígenas têm conservado a visão coletiva e sagrada da natureza, cuidando e protegendo as matas, os lagos, os animais, os rios, e as árvores, que têm um grande significado. O Território é essencial para a vida dos mesmos, não somente no sentido de um bem material, mas como o espaço que desempenha todas as formas de vida como seres, espíritos, bens, valores, conhecimentos, costumes. A “mãe terra”, como é chamada, é um fator fundamental de resistência (SOUZA, 2019, p. 21).

Para Dória (2014), é comum haver uma leitura simplificada sobre a contribuição indígena para a culinária brasileira, quando se identifica uma insistência em reduzir a variedade de seus alimentos a poucas matérias-primas, subjugando suas técnicas e a complexidade dos seus modos de vida, desconsiderando seleções que foram sendo efetivadas por esses povos sobre a



topografia do relevo, entre sementes, frutas e o fortalecimento do solo. Para Dória (2014, p. 61), “[...] no plano alimentar, é preciso prestar mais atenção aos povos indígenas do passado e do presente para fazer jus à culinária brasileira”.

Os povos indígenas se alimentam fundamentalmente do que é desenvolvido em seus territórios, ligando territorialidade à alimentação, visto que a grilagem em terras indígenas afeta também a cultura alimentar dos povos, pois, possivelmente, se uma comunidade perde sua área de plantio do caju, implicará na perda da produção do mocororó. Assim, relacionando os costumes ao território, Galdino et al. (2016, p. 118) afirma que:

[...] as discussões sobre territori(o)alidade, são voltadas para os elementos mais significativos: os 'vividos e percebidos' pelos indígenas. Na relação entre a comunidade e a natureza, a etnia prima pela construção do conhecimento básico, a cosmologia, o sistema de valores e os costumes da população que devem ser levados em consideração para que busque atingir a realidade do conceito de território.

Durante o processo de pesquisa, foram identificadas várias similaridades, no que tange à alimentação, entre os povos indígenas Tremembé da Barra do Mundaú, em Itapipoca; Jenipapo-Kanindé, em Aquiraz; e Tapeba e Anacé da Japuaara, em Caucaia. Todos eles estão em municípios litorâneos, embora os territórios não estejam à beira-mar, e têm como bioma a caatinga, onde se identifica o plantio de caju. A maior incidência do fruto no litoral é devido à área de tabuleiro pré-litorâneo<sup>4</sup>, que favorece o desenvolvimento do cajueiro. O manejo e suas práticas alimentícias estão inseridas no cotidiano das famílias, como na produção de cajuína, de carne do caju, de castanha de caju e de mocororó.

---

<sup>4</sup> “A unidade de paisagem do tabuleiro litorâneo representa uma reserva de biomassa que deverá ser destinada ao crescimento vegetativo, para o favorecimento à retomada da biodiversidade (manejo de culturas, do solo e da caça) e para segurança alimentar da comunidade indígena” (MEIRELES, 2012, p. 361).

Francisco Jenipapo-Kanindé, 44 anos, da aldeia Lagoa da Encantada, descreveu, em entrevista realizada em 10 de maio de 2019, três processos de elaboração da bebida na aldeia. Antes de tudo, o artesão que fabrica escolhe a técnica que irá utilizar e, após a coleta do caju, o fruto é separado de acordo com a coloração (vermelha, amarela e branca), para que não se misturem durante os processos:

[...] Então o caju é separado em três vasilhas, antes tinha cuia ou alguidar de barro.. Hoje a gente usa baldes, baldes de plástico. Esse caju não pode ser misturado e também não pode ter contato com água. Então, após isso, ele é rasgado. Depois de rasgar ele, deixa ele ali por dois dias dentro do balde, depois vai espremer ele, ele fica ali fermentando. [...] Após espremer o caju, o principal pra ficar melhor é pegar um pano de coqueiro, é como os mais velhos faziam antes. O pano do coqueiro mesmo, [...] pega esse pano, lava todo e bota no sol pra secar [...] Após esse pano ficar seco, você vai coar o mocororó nele. [...] Depois de coado ele vai pro litro, ajeita o canto, um canto e deixa o litro pra ele fermentar. [...] A pessoa tem que ir no pé de cajueiro e tirar a resina, cortar um pedacinho e colocar no litro pra aquela resina fazer a limpeza do mocororó. Logo aquela resina vai limpar, tirar tudo de dentro. [...] você bota uma castanha na boca do litro pra não entrar nada por 3 dias, depois de 3 dias pode colocar uma rolha pra não entrar nada como barata, formiga. (Francisco, em entrevista realizada em 10 de maio de 2019).

É possível identificar que o povo Jenipapo-Kanindé utiliza duas formas de elaboração do mocororó. A primeira, quando o caju rasgado é colocado em sacos de estopas, preferencialmente brancos, por três dias, pingando embaixo de uma vasilha de plástico, e o saco é espremido antes do líquido ser retirado e engarrafado. Após engarrafado, o mocororó deverá ser enterrado por uma semana. E a segunda, buscando garantir um maior teor alcoólico, é realizado o processo de fervura, quando se espreme o caju, retira-se o suco e, em seguida, coloca-o na panela para ferver. Posteriormente, tira-se toda a espuma mocororó, quando a bebida é envasada e está pronta para consumo (SANTOS et al., 2020).

Ressalta-se, ainda, que, durante os rituais, a bebida provoca uma aproximação de quem consome com a encantaria<sup>5</sup>, representando a ancestralidade, segundo Antônio<sup>6</sup>, Jenipapo-Kanindé, 44 anos, da Aldeia Lagoa da Encantada, em entrevista realizada em maio de 2019:

O Mocaroró tem uma grande importância para a encantaria, principalmente porque você está se consagrando com os encantados. É como se fosse um laço de união com os encantados, o mocororó. [...] Para o povo indígena Jenipapo-Kanindé, o mocororó tem um grande sentido, mesmo antes de ter a festa da bebida. Na época do caju, os produtores de mocororó, eles vão na mata, pegam o caju, traz pra produzir o mocororó. (Entrevista realizada em 10 de maio de 2019).

As etnias indígenas do litoral cearense, apesar da resistência e da luta contra ameaças que cercam seus territórios, vêm na contramão do modelo desenvolvimentista, fortalecendo-se na produção agroecológica e sustentável e na luta pelo direito à terra, à água, à educação, à segurança e à soberania alimentar e à forte valorização da cultura, identidade e memória. Nesse sentido, vale ressaltar que:

A identidade é resultado de uma construção social que está sujeita a mudanças. Em um contexto marcado pela necessidade de afirmação identitária, os atores sociais, considerando sua história e cultura, agem de acordo com os interesses sociais e simbólicos do momento. A memória, como parte dessa realidade e através do exercício de rememoração, é um dos mecanismos acionados (LIMA, 2009, p. 237).

O uso da fruta nativa do caju pelos povos originários é festejado não somente como alimento, mas também como cura, pois, além de bebida-alimento, o mocororó possibilita uma conexão com a ancestralidade de cada um dos povos

---

<sup>5</sup> Encantaria é o termo utilizado quando se fala sobre a relação com os encantados, isto é, com os espíritos de ancestrais dos povos indígenas, que estão presentes no território realizando a proteção e o cuidado, contribuindo para a luta da resistência desses povos. Esses espíritos ancestrais estão encarnados em animais e plantas perceptíveis também na mata e no vento.

<sup>6</sup> Nome fictício de uma das lideranças Jenipapo-Kanindé.

que o consomem. Nessa simbologia, durante o ritual de toré, quando se ingere a bebida, ela torna-se sagrada. O caju, base fundamental para a elaboração do mocooró, caracteriza todo o poder ancestral, a ligação com a natureza, conectando-o aos seus encantados. Como dito por Antônio, indígena Jenipapo-Kanindé, de 44 anos, morador da aldeia Lagoa da Encantada, em entrevista realizada via aplicativo de mensagens, no dia 13 de fevereiro de 2021,

Quando a gente toma mocooró é como se tivesse bebido a jurema [...]. Principalmente na festa porque nos dá força para os rituais. Faz parte da nossa relação com a mata. Quando a gente vai tomar ele, é como se tivesse tomando o vinho consagrado na missa, recebendo a força dos nossos ancestrais. [...] Mocooró é nossa tradição e nunca vai deixar de ser assim (Antônio, entrevista realizada em 13 de fevereiro de 2021).

O mocooró é um marco significativo de resistência para os povos indígenas do Ceará que representa o saber-fazer intrínseco à produção da bebida, ao consumo em rodas de conversas informais e, em especial, aos rituais socioculturais e religiosos de cada povo, pois esses processos fortalecem e mantêm viva a tradição coletiva. Os quatro povos entrevistados no trabalho de referência rememoram as lembranças de seus familiares idosos fabricando a bebida e incentivando suas crianças a acompanharem esse processo, para que não se perca esse ensinamento (SANTOS; LIMA; MORAIS; FERREIRA, 2020). Logo, a alimentação está estreitamente relacionada com os ritos e tradições, como bem coloca Zuin; Zuin (2009, p. 88-89):

Portanto, é nos saberes-fazeres que estão contidos os ritos e rituais, que se associam aos sentimentos e às emoções que nelas estão depositadas. Mais que um objeto, fruto de trabalho humano, o alimento tradicional contém não apenas a história da pessoa que produziu, mas também a tradição de várias gerações, bem como as especificidades históricas de determinado local e de uma cultura.

A resistência de povos tradicionais é sustentada por tradições, rituais e costumes alimentares. Nas práticas sustentáveis da agricultura e do cuidado com

a terra, esses grupos fortaleceram, ao longo dos anos, a organização e a luta pelos seus territórios.

A relação do mocororó com a resistência também pode ser percebida no relato da assembleia dos povos indígenas do Ceará, de 2008, em Poranga, no momento em que os representantes que ali estavam realizam o ritual com a bebida: “À sombra do cajueiro, entoam orações dos pajés. Junto ao tronco da árvore, pedem força ao Pai Tupã, aos encantados, aos ancestrais. Todos dançam uma roda de toré e bebem mocororó, bebida ritual que provém do fruto do cajueiro” (BRISSAC, 2009, p. 274).

Antes da festa do Mocororó, há a festa do Marco Vivo, comemorada em 9 de abril desde 1999, para comemorar a conquista da delimitação da terra indígena, que contém 1.731 hectares, onde são carregados os troncos de Yburana para serem plantados nos limites do território todos os anos. Nessa época, também é realizado o ritual de toré acompanhado de mocororó, como descrito neste trecho:

O toré – animado por tambores e maracás, acompanhado pelo mocororó e pelo aroma inebriante que sai do cachimbo dos índios e purifica o ambiente – é dançado em torno do tronco de Yburana, adornado com plantas e flores, amparado pelos Encantados que os indígenas invocam. Discursos das lideranças da aldeia Jenipapo-Kanindé e de representantes de movimentos indígenas ressaltam a luta que não finda e aproveitam o momento para reivindicar condições melhores, especialmente, aos órgãos responsáveis pela saúde indígena e pela aceleração de processos carregados com morosidade, como a homologação da Terra Indígena Lagoa da Encantada, que necessita de decreto presidencial (ROCHA, 2014, p. 34).

Em entrevista realizada com Francisco, em 13 de fevereiro de 2021, observam-se os detalhes sobre como ocorre essa celebração, também em razão da luta pela conservação da Terra Indígena:

A Festa do Marco Vivo começa quando a terra foi delimitada em 1999, foi a primeira festa, em 2000 não houve a realização da festa devido à ida à Bahia para a reunião dos 500 anos, mas assim como

a festa do Mocororó sempre foi aberta ao público. [...] Durante a festa temos várias atividades: arco e flecha, quem tira a primeira posição do marco vivo, cabo de guerra [...], mas tem ano que não dá pra fazer, já fizemos ela em dois dias pra ver como ia ficar [...] (Antônio, entrevista realizada em 13 de fevereiro de 2021).

Conforme a Adelco (2015, s.p.), "[...] a Festa do Marco Vivo é também uma celebração à natureza. O senso de preservação dos índios Jenipapo-Kanindé é tanto que até mesmo um tronco de árvore que arrancam para o ritual é, por isso mesmo, replantado em outro lugar, para multiplicar a vida". Assim, o tronco de Imburana é retirado de seu lugar de origem dentro do perímetro da área indígena Lagoa Encantada e, durante o processo do Marco-Vivo, é replantado em algum limite da terra indígena escolhido pelo grupo. Em todos os anos da festa, diferentes troncos da árvore são replantados em pontos diferentes e estratégicos do território Jenipapo-Kanindé (FREITAS, 2015).

Durante a Festa do Marco Vivo, o mocororó e o cachimbo são distribuídos entre os participantes do Toré, guiado, geralmente, pelas três caciques da Aldeia (Cacique Pequena, Cacique Irê e a Cacique Jurema).

#### **4 A FESTA DO MOCORORÓ E SUA IMPORTÂNCIA PARA A CULTURA INDÍGENA**

A única comunidade indígena que prepara uma festa tendo o mocororó como elemento fundante de sua cultura e ancestralidade é o povo Jenipapo-Kanindé, que, há 4 anos, organiza a Festa do Mocororó, no dia 4 de novembro.

A partir de entrevista com Antônio, realizada no dia 15 de fevereiro de 2021, é possível estabelecer um breve histórico sobre a festa: a primeira celebração foi realizada em 2017, motivada pelo ganho de causa na ação contra o grupo Ypióca Agroindustrial LTDA, confirmando a demarcação da terra já estabelecida desde 2011. Desde o princípio, a festa conta com a participação de visitantes, sejam eles indígenas ou não. Toda a organização fica sob responsabilidade das famílias da aldeia que, juntas, buscam arrecadar alimentos

para servir durante a festividade. Os artesãos, por sua vez, produzem a bebida para as competições e para venda. Não há, assim, financiamento externo para custear as atividades.

O caju começa a ser coletado em setembro, marcando o início da safra que vai até o início de dezembro. Durante a III Festa e nas cinco entrevistas realizadas com lideranças, no período de maio de 2019 a fevereiro de 2021, foi possível coletar as seguintes informações: as famílias produtoras de mocororó organizam-se para que a bebida seja produzida em larga escala, devido às competições e ao número de visitantes, visto que, em 2018, eles receberam cerca de 250 convidados e, em 2019, cerca de 400 convidados, entre indígenas de outras etnias e não-indígenas.

Durante as festas, há uma competição de quem bebe mais mocororó e de quem o produz mais. Essas atividades estão presentes na programação. Todas as garrafas de mocororó produzidas para competição, em 2019, quase 100 litros, foram colocadas em uma mesa próxima aos cajueiros e contabilizadas antes do início da competição, na qual os participantes tomam um litro da bebida em poucos minutos. Já as crianças da Escola Indígena Jenipapo-Kanindé fazem uma apresentação para os convidados, ensinando como é a produção do mocororó. Ainda nesse mesmo ano, ocorreu, na aldeia Lagoa da Encantada, a Assembleia dos Povos Indígenas do Ceará, nos dias seguintes à festa; logo, vários representantes de outros povos aproveitaram o momento para prestigiar, confraternizar e participar dos rituais junto aos Jenipapo-Kanindé.

O Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas (Neabi), vinculado ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará – IFCE, *Campus Fortaleza*, desenvolveu o rótulo (Figura 3), a partir de demanda e participação da comunidade: uma familiar da Cacique Pequena enviou fotos das pinturas feitas pelas crianças estudantes da Escola Indígena Jenipapo-Kanindé. As imagens foram do quintal da Cacique, onde ficam os cajueiros sagrados, local onde foram realizadas a III e a IV festas. As imagens foram reproduzidas pelo

designer do Neabi-Fortaleza e resultaram no rótulo que fora distribuído aos artesãos de mocororó durante a III Festa e utilizado na IV Festa também.

Figura 3 – Rótulo desenvolvido pelo Neabi – *Campus Fortaleza*



Fonte: acervo do Neabi – *Campus Fortaleza*

Contudo, em 2020, devido à pandemia causada pelo novo coronavírus, a festa foi restrita aos Jenipapo-Kanindé e transmitida ao vivo pelo Instagram @aldeia\_JK. No mesmo ano, também houve alteração na data, pois, no dia 4, a cacique não estava bem de saúde; optou-se, portanto, pelo dia 20 de novembro. Na Figura 4, a seguir, verifica-se o rótulo desenvolvido pelo Neabi sendo utilizado pelos artesãos que produzem o mocororó na IV Festa, como indicado anteriormente.



Figura 4 – Mocororó com o rótulo



Fonte: Facebook Jenipapo Escola Jenipapo Kanindé (2020).

A Festa do Mocororó fortifica a cultura e a identidade do povo Jenipapo-Kanindé, uma vez que, durante a festa, são realizados rituais que fortalecem a espiritualidade e a troca de experiências com outros indígenas, promovendo o fortalecimento das lutas políticas. Como apresentado por Vieira (2019, p. 63):

[...] essas festas contam com a participação dos parentes, como eles mesmos se denominam, ou seja, de outras etnias do estado do Ceará e acabam significando o fortalecimento das lutas coletivas desses povos do estado e um espaço de trocas políticas, culturais e identitárias e também de lazer para o povo e outros do estado.

O mocororó por si só possui sua notória importância para os povos indígenas. Entretanto, quando faz parte de um ritual e compõe toda a trajetória de luta, como nessa festa, ultrapassa a subjetividade, acrescentando significado para esse povo. Um trecho da entrevista realizada com Antônio, no dia 15 de maio de 2019, na aldeia Lagoa da Encantada, ilustra esse sentimento: “Ah, para nós o mocororó já tinha uma grande importância, hoje é que tem mesmo, porque hoje o mocororó é tudo para a nossa aldeia né, quando começa a época do caju a gente tenta que vários artesões *faça* o mocororó que para a gente tanto na festa e também vender”.

Nesse cenário, é evidenciada a representatividade do mocororó para os Jenipapo-Kanindé, já que seu consumo fortalece as crenças, as tradições e a conexão com a ancestralidade uma vez que é uma bebida que está presente em rituais de toré e na organização e realização de suas festas, fortalecendo a cultura indígena.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os povos indígenas têm seus territórios constantemente ameaçados desde o processo de colonização e lutam até hoje pela regularização e posse de suas terras. Atualmente, as ameaças são desde garimpos, mineradoras, agroindústrias, agronegócio, especulação imobiliária, investimentos em turismo predatório até o próprio Estado, que negligencia a pauta e, por muitas vezes, faz com que o processo de regularização dure mais de 20 anos.

No caso dos Jenipapo-Kanindé, as ameaças do grupo Ypióca Agroindustrial LTDA e do empreendimento *Aquiraz Riviera* nos anos de 1999 a 2001, com repercussão internacional em 2011, na ocasião do processo contra o professor e ambientalista Jeovah Meireles, gerou pressão para o andamento do processo de regularização da terra.

Durante a Festa do Mocororó, pode-se visualizar a expressão cultural desse povo presente nas competições, no toré, no terreiro sagrado com seus cajueiros e nos pratos servidos à base de peixe, tapioca e batata doce. Além disso, a pauta da demarcação é uma constante nas falas das lideranças durante os rituais e nas demais atividades, como a competição daqueles que comem mais rápido e produzem mais mocororó.

Como foi possível observar, o cajueiro é parte do cotidiano dos Jenipapo-Kanindé, e a bebida ancestral produzida a partir dele foi escolhida pelo povo para representar essa conexão durante os ritos de agradecimento pela posse da terra, pauta primordial do Movimento Indígena Cearense. Dessa maneira, a

demarcação, para as populações indígenas, para além da conservação do território, é sinônimo de manutenção de sua cultura, biodiversidade e segurança alimentar assim como de sua luta contra o extermínio. Logo, a Festa do Mocororó é a representação da vitória contra a especulação imobiliária, contra a poluição da Lagoa da Encantada e contra o turismo predatório.

O longo processo de silenciamento e negligência para com os povos indígenas enfrentado no Estado do Ceará – resultado de uma política baseada em interesses por terras e que negou historicamente a existência dos indígenas cearenses – formou um imaginário coletivo que se refletiu em um estranhamento sobre esses grupos e suas manifestações culturais. Com o auxílio desta pesquisa, portanto, é possível notar como a Festa do Mocororó rompe com esse pensamento marcado pela influência dos invasores portugueses em nosso território. Ademais, acredita-se que, à medida que as festas indígenas apresentem regularidade e fortalecimento, mais a sociedade reconhecerá a importância dos saberes e fazeres dos povos no Ceará.

## REFERÊNCIAS

ADELCO (Associação para Desenvolvimento Local Coproduzido – Fortaleza) (org.). **Situação dos Povos Indígenas do Ceará: movimento indígena.** Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2019. 133 p.

ADELCO (Associação para Desenvolvimento Local Coproduzido – Fortaleza) (org.). **Índios do povo Jenipapo-Kanindé celebram 15ª edição da Festa Marco Vivo nos dias 8 e 9 de abril.** 2015. Disponível em: [https://adelco.org.br/geral/festa\\_marco\\_vivo\\_2015/](https://adelco.org.br/geral/festa_marco_vivo_2015/). Acesso em: 14 fev. 2021.

ANTUNES, Ticiania de Oliveira. **Índios Arengueiros: senhores da igreja? Religião e cultura política dos índios do Ceará oitocentista.** 2016. 257 f. Tese (Doutorado) – Curso de História, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2016.

ARESI, Cláudia. **Transformações culturais e território: o Kaingang da reserva indígena de Serrinha-RS.** 2008. 169 f. Dissertação (Mestrado) – Curso de Geografia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

BRISSAC, Sérgio. Índios no Ceará: o canto dos pajés na sombra dos cajueiros. In: SILVA, Isabelle Braz Peixoto da; AIRES, Max Maranhão Piorsky (orgs.). **Direitos Humanos e a questão indígena no Ceará: relatório do observatório indígena biênio 2007-2008**. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2009. p. 274-277.

DÓRIA, Carlos Alberto. **Formação da Culinária Brasileira: escritos sobre a cozinha inzoneira**. São Paulo: Três Estrelas, 2014. 279 p.

FARIAS, Airton de. **História do Ceará**. 2a. reimpr. 6. ed. rev. e ampl. Fortaleza: Armazém da Cultura, 2012.

FREITAS, Thaynara Martins. **Um olhar sobre o Museu Indígena Jenipapo-Kanindé: território, etnicidade e patrimônio** / Thaynara Martins Freitas. João Pessoa, 2015. Disponível em: <<https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/123456789/13284/1/Arquivototal.pdf>>. Acesso em: 13 fev. 2021.

GALDINO, Lúcio Keury Almeida; LANDIM NETO, Francisco Otávio; SILVA, Edson Vicente da; GORAYEB, Adryane. Territorialidade e meio ambiente da terra indígena Pitaguary, Ceará-Brasil: reflexões acerca das possibilidades do mapeamento participativo na aldeia de Monguba. **Revista Acta Geográfica**, [s.l.], v. 5, n. 1, p. 114-127, jul. 2016. Revista ACTA Geográfica. <http://dx.doi.org/10.5654/actageo0000.0000.0000>. Disponível em: <<https://revista.ufr.br/actageo/article/view/3822/2044>>. Acesso em: 10 jun. 2020.

GRÜNEWALD, Rodrigo de Azeredo. Cultura indígena no Nordeste em Panorama<sup>1</sup>. In: **Revista Ariús: Revista de Ciências Humanas e Artes**, Campina Grande, v. 14, n. 1/2, p. 19-28, jan. 2008. Anual.

LANGDON, E. Jean. **O que beber, como beber e quando beber: O contexto sociocultural no alcoolismo entre as populações indígenas**, 2001. Anais do Seminário sobre Alcoolismo e Vulnerabilidade às DST/AIDS entre os Povos Indígenas da Macrorregião Sul, Sudeste e Mato Grosso do Sul. Disponível em: <[http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/021anais\\_seminario.pdf](http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/021anais_seminario.pdf)>. Acesso em: 28 mai. 2019.

LEITE, Maurício Soares. Sociodiversidade, alimentação e nutrição indígena. In: BARROS, D. C., SILVA, D. O., GUGELMIN, S. Â. (orgs.). **Vigilância alimentar e nutricional para a saúde Indígena**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2007. p. 180-210.

LIMA, Carmen Lúcia Silva. As perambulações: etnicidade, memória e territorialidade indígena na serra das matas. In: PAILOT, Estêvão Martins. **Na**

**mata do sabiá:** contribuições sobre a presença indígena no Ceará. 2. ed. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2009. p. 233-250.

LODY, Raul. **Brasil bom de boca:** temas da antropologia da alimentação. São Paulo: Senac São Paulo, 2008. 424 p.

LUSTOSA, Isis Maria Cunha. **Os povos indígenas, o turismo e o território:** um olhar sobre os Tremembé e os jenipapo-kanindé do Ceará. 2012. 281 f. Tese (Doutorado) – Curso de Geografia, Instituto de Estudos Socioambientais, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2012.

MEIRELES, Antonio Jeovah de Andrade. **Geomorfologia Costeira:** funções ambientais e sociais. Fortaleza: UFC 2012. 489 p.

PACHECO, Tania. **Jeovah Meireles:** cearense, Tremembé, geógrafo, Jenipapo-Kanindé, professor, nordestino e doutor, mas, acima de tudo, um digno cidadão brasileiro. cearense, Tremembé, geógrafo, Jenipapo-Kanindé, professor, nordestino e doutor, mas, acima de tudo, um digno cidadão brasileiro, 2009. Disponível em: <<https://acervo.racismoambiental.net.br/2009/11/22/jeovah-meireles-cearense-tremembe-geografo-jenipapo-kaninde-professor-nordestino-e-doutor-mas-acima-de-tudo-um-digno-cidadao-brasileiro/>>. Acesso em: 11 fev. 2021.

ROCHA, B. **Mulheres da Encantada.** Fortaleza: Edições UFC, 2014. 113p.

SANTOS, Carolinne Melo dos; LIMA, Anna Erika Ferreira; MORAIS, Ana Cristina da Silva; FERREIRA, Mateus de Castro. O mocororó e sua importância para os povos indígenas do litoral cearense: resistência e espiritualidade nos modos de fazer e consumir. In: PEREIRA, Denise; SANTO, Janaína de Paula do Espírito. **Cultura e História dos Povos Indígenas.** Belo Horizonte: Atena, 2020. Cap. 13. p. 146-159. Disponível em: <https://www.finersistemas.com/atenaeditora/index.php/admin/api/artigoPDF/39618>. Acesso em: 13 fev. 2021.

SARMENTO, Francisco da Silva. Povos Indígenas e festas de santo no médio do rio Negro (Amazonas). In: **Revista Equatorial:** Artigos, Natal, v. 5, n. 8, p. 167, 05 jul. 2018. Semestral.

SILVA, Maria Ester Ferreira da. **Território, poder e as múltiplas territorialidades nas terras indígenas e de pretos:** narrativa e memória como mediação na construção do território dos povos tradicionais. 2010. 159 f. Tese (Doutorado) – Curso de Geografia, Geografia, Universidade Federal de Sergipe, Aracaju, 2010.

SOUZA, Rute Morais. **Tabas, roças e lugares de encanto: construção e reconstrução Anacé em matões Caucaia – Ceará.** 2019. 71 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Ciências Sociais) – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Cachoeira, 2019.

STUMPF, Beatriz Osorio. Reflexões sobre interdisciplinaridade, interculturalidade e interinstitucionalidade em processo formativo de professores indígenas. In: **Revista Tellus**, [s.l.], v. 19, n. 38, p. 319, 15 abr. 2019. Universidade Católica Dom Bosco. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.20435/tellus.v19i38.583>>. Acesso em: 01 mar. 2021.

TAVARES, Clarissa Noronha Melo. **Tradições políticas de resistência indígena: a organização dos povos do Ceará (Brasil) e de Oaxaca (México) diante de projetos de desenvolvimento em seus territórios.** 2015. 340 f. Tese (Doutorado) – Curso de Ciências Sociais, Instituto de Ciências Sociais Centro de Pesquisa e Pós-Graduação sobre as Américas, Universidade de Brasília, Brasília, 2015. Disponível em: <<https://repositorio.unb.br/handle/10482/18612>>. Acesso em: 05 mar. 2021.

VIEIRA, Regilene Alves. **Mulheres indígenas em movimento: um olhar sobre o protagonismo das mulheres Jenipapo-Kanindé, Aquiraz-CE,** 2019. 104 f. Dissertação (Mestrado) – Curso de Antropologia, Departamento de Ciências Sociais Programa Associado de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal do Ceará e Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro Brasileira, Fortaleza, 2019.

ZUIN, Poliana Bruno; ZUIN, Luís Fernando Soares. **Tradição e Alimentação.** São Paulo: Idéias e Letras, 2009. 148 p.

ANEXO A: Artes de divulgação da Festa do Mocaroró disponibilizadas no Facebook

**II FESTA DO MOCORORÓ**  
POVO JENIPAPO-KANINDÉ  
DIA 04 NOVEMBRO 2018  
LOCAL: MANGUEIRA TIO DODRICO

**PROGRAMAÇÃO**

- HORÁRIO: 09:00H ÀS 17:00H
- ABERTURA COM O RITUAL SAGRADO TORÉ
- FALA DAS LIDERANÇAS TRADICIONAIS
- DEGUSTAÇÃO DO MOCORORÓ
- COMPETIÇÃO DE MOCORORÓ
- VENDA DE ARTESANATO, MOCORORÓ, DOCE DE CAJU, CASTANHA E BIFE DO CAJU.

“Na Linhagem do meu Povo...  
Uma História a Contar...  
...esta Terra Demarcada com Mocaroró Festejar...”

**III Festa do Mocaroró**  
POVO JENIPAPO - KANINDÉ

Dia: 04 / 11 / 2019 às  
**08:00 hrs**

Local: Cajueiro da Cacique Pequena

**PROGRAMAÇÃO**  
Festa do Mocaroró

- 07 às 09) Entrega do Mocaroró.
- 09:00 hrs) Ritual Sagrado - Toré.
- 09:30) Lanche.
- 10:00 hrs) Fala da Cacique Pequena e Organizações.
- 10:30) Apresentação Cultural - Escola Indígena J-K.
- 11:00) Competição entre Indígenas Quem bebe mais Mocaroró.
- 12:00) Degustação da Cultura Nativa J-K.
- 13:00) Ritual Sagrado - Toré.
- 14:00) Encerramento Com um Bingo.

POVO JENIPAPO - KANINDÉ

## IV FESTA DO MOCORORÓ POVO JENIPAPO-KANINDÉ

**20 DE NOVEMBRO DE 2020**  
**LOCAL: CAJUEIRO SAGRADO**

**APOIO:**





TRANSMISSÃO AO VIVO

 @ALDEIA\_JK

## IV FESTA DO MOCORORÓ POVO JENIPAPO-KANINDÉ

**20 DE NOVEMBRO DE 2020**  
**LOCAL: CAJUEIRO SAGRADO**

### PROGRAMAÇÃO

- 09:00 HRS: RITUAL SAGRADO E CAFÉ DA MANHÃ;
- VIVÊNCIAS;
- 12:00 HRS: ALMOÇO COMUNITÁRIO;
- 14:00 HRS: COMPETIÇÕES DE BEBER MOCORORÓ, FAMÍLIA QUE FEZ MAIS MOCORORÓ, QUEM FAZ A MELHOR RECEITA DERIVADO DO CAJU;
- 17:00 HRS: PREMIAÇÕES E RITUAL SAGRADO;
- 19:00: RITUAL SAGRADO, EXIBIÇÃO DO FILME DA III FESTA DO MOCORORÓ E DEGUSTAÇÃO DE PEIXE E TAPIOCA.

**APOIO:**





TRANSMISSÃO AO VIVO

 @ALDEIA\_JK



## APÊNDICE A:

**TERMO DE ANUÊNCIA**

Eu, Maria de Lourdes da Conceição Alves (Cacique Pequena), RG 20022017838 e CPF 531.794.603-53; Cacique do Povo Jenipapo Kanindé, Aldeia Lagoa Encantada localizada em Aquiraz - Ceará, em concordância com as lideranças tradicionais, autorizamos a realização Projeto de Pesquisa "**A Geografia do Mocororó**", tendo como proponente o Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia (IFCE) - Campus Fortaleza, sob coordenação da professora Dra. Anna Erika Ferreira Lima, CPF 96625651320 e ID 200010320521. Evidenciamos a importância do projeto no fortalecimento das nossas práticas de etnoturismo, conhecimentos tradicionais e culturais. Salientamos que tal projeto em nada prejudicará as comunidades, pelo contrário contribuirá para o desenvolvimento de novos saberes e potencializará o fortalecimento das habilidades existentes nos jovens e velhos da aldeia.

Atenciosamente,

Aquiraz, 29 de outubro de 2019

*Maria de Lourdes da Conceição Alves*